

Pobres &

"Nojenta" é a pessoa que
questiona velhos valores,
cria o novo e persegue vida
boa e bonita para todos

Nojentas



Florianópolis (SC), julho/agosto de 2007 - Ano 2 - Nº 08 R\$ 4,00

Direito de ir e vir não é para todos

Capitais como Florianópolis priorizam o transporte individual. O transporte coletivo - ruim - é só para quem pode pagar. E caro



Retorno ao
lar palestino

Nildo: o nome para
a reitoria da UFSC

3	Editorial
4	Direito ao retorno O povo dos olivais
7	Crônica Os gatos que me têm
8	Gênero humano A prece como caminho
11	Mobilidade urbana Malditas sejam todas as catracas!
14	Educação Economia em rebelião
17	Perfil Costurando vida melhor
19	As delícias de Su&Li
20	Universidade O guri de Joaçaba é a marca do novo
22	Crônica A santa da Via Expressa
22	Ossos do Ofício
24	Opinião Parada Gay... Estamos parados?
26	Tempo livre Seminário debate homossexualidade, identidade e cidadania



Cooperativa da palavra libertária, criadora, caminheira. Não quer lucro, nem fama. Sonha derrubar muros que separam e escondem aqueles que têm a sua palavra calada, mutilada, censurada, castrada, quebrada, torturada, em nome do lucro, do mercado, da competição.

Viajeiros da palavra:

- Elaine Tavares
- Janice Miranda
- Marcela Cornelli
- Míriam Santini de Abreu
- Ricardo Casarini Muzy
- Raquel Moysés
- Paulo Zembruski
- Rosangela Bion de Assis
- Sandra Werle

Jornalista

Elaine Tavares
(MTB/SC 00501-SC)

Endereço eletrônico:

eteia@gmx.net

Projeto gráfico, Editoração e

Tratamento de imagens

Rosangela Bion de Assis
(MTB/SC 00390-SC)

Antônio Carlos da Silva fez as ilustrações da capa e da contracapa

Florianópolis - SC

Uma revista de classe

EDITORIAL

A *Pobres e Nojentas* fez um ano. Menina rebelde, herege, um turbilhão de vontades e desejos ansiando por se fazer. Ainda que trôpega, segue caminhando, segurando nas saias das mulheres e homens que a amam. E são muitas as que a fazem e as que lhe contam histórias de vida. Guria sapeca, feliz no propósito de ser espaço onde a vida mesma, essa das gentes comuns, pode se expressar, se dizer, se ver bela. Moleca atrevida que

se constitui também a partir do amor dos homens, os que a fazem e os que lhe contam histórias.

P&N furou preconceitos, dúvidas, barreiras, olhares vis. Avançou sinais, desceu ladeiras, projetou-se no céu. Feminina, feminista, masculina, humana, animal, vegetal, mineral. Cumpre seu caminho nas estradas da vida mesma. Comprometida com o outro, diferente, mas real, ela segue, sem nenhum medo.

Agora tem até *blog* (en-

dereço abaixo), no qual a equipe da revista vai postar notícias, reportagens, artigos, crônicas, resenhas que falem de um mundo a construir, de um tempo novo que vai chegar.

Revista e *blog* feitos a partir de histórias contadas, de textos belos. Feita de amor. A “pobrinha” completa oito edições. No final de agosto teve festa e riso, com gente de todo lugar. E, amparada nestes tantos braços, afetuosos e são, ela vai... no rumo do grande meio-dia.

CARTAS

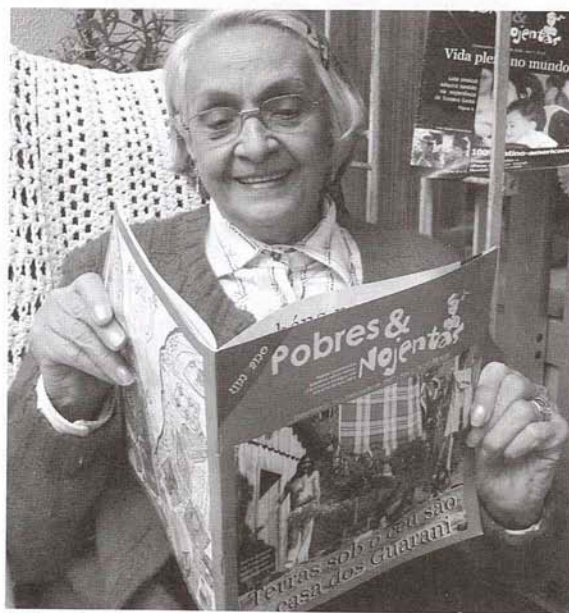
Parabéns pelo aniversário de *Pobres & Nojentas*. Estamos convosco. É de seguir em frente. Saudações
Nuno Rebocho e equipe do Liberal – Cabo Verde

Como surge uma revista nesse país que completa um ano e só descubro sua existência na véspera da comemoração do primeiro aniversário? Abraço, saúde e vida longa para todos, em especial a *Pobres & Nojentas*.

Bolívar Gomes de Almeida – Rio Grande do Sul

Parabéns pela revista pois só as coisas boas resistem ao tempo. Desejo-lhes toda felicidade do mundo.

Eduardo Bolina - Florianópolis



Eloah Pereira Renbowski,
dona de casa, lê *Pobres & Nojentas*

Foto: Míriam Santini de Abreu

Veja o blog da revista <http://pobresenojentas.blogspot.com>



O povo dos olivais

Khader luta para que os palestinos tenham o direito de retornar às suas terras

Por Vera Maria Flesch, de Florianópolis*

* Vera Maria Flesch é estudante da sexta fase de Jornalismo da Universidade de Santa Catarina (UFSC). Reportagem feita para a disciplina de *Jornalismo e História*.

Há quase 60 anos, em 29 de novembro de 1947, a primeira sessão da Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu a instalação do Estado de Israel em territórios da Palestina. No dia seguinte, o povo palestino começou sua primeira diáspora. Vinte anos depois, em cinco de junho de 1967, o Estado de Israel iniciou a Guerra dos Seis Dias e, em menos de uma semana, derrotou quatro países árabes, Egito, Jordânia, Síria e Líbano, e anexou a Península do Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, a parte árabe de Jerusalém e as Colinas de Golan. Os palestinos que haviam se abrigado nesses territórios entre 1947 e 1948 iniciaram uma segunda diáspora, deslocando-se novamente para outros países vizinhos e pelo mundo afora.

Khader Mahmoud Ahmad Othman também deixou a Palestina e veio para o Brasil, em 1967. Tinha então 25 anos e não fugia da guerra, porque veio antes, em fevereiro. Khader fugia das más condições de vida na Palestina, resultado da ocupação das melhores terras pelos israelenses e das condições geológicas e climáticas da região. Ele veio a convite do irmão que morava em Tubarão (SC). Nunca se arrependeu de ter vindo.

No início, no entanto, teve dificuldades para se adaptar na nova terra. “Os primeiros tempos foram duros, não conhecia a língua nem os costumes. Mesmo não sabendo falar, não tinha outra chance a não ser pegar uma mala, encher de roupa e sair por aí mascateando. A língua, aprendi na rua, ‘a facão’. Quando não entendia o sentido da palavra, escrevia e depois perguntava a meu irmão. Os três primeiros meses foram os mais difíceis”, diz Khader, que viveu e trabalhou por dez anos em Tubarão, onde se casou com uma brasileira.

Hoje ele se comunica muito bem em português. “Formei uma família mista e os costumes também se misturaram”, revela. Há 30 anos, mudou-se para Florianópolis, onde progrediu. Com o tempo, tornou-se um porta-voz dos palestinos que moram na capital e no interior do estado. “Em Florianópolis, vivem cerca de 150 a 200 palestinos, que formam umas 20 ou mais famílias”, calcula Khader. Na rua Conselheiro Mafra, várias lojas de roupas e tecidos e algumas lanchonetes são administradas por palestinos.

Khader sente necessidade de falar da causa palestina. Ele afirma que o Brasil é moralmente responsável em relação ao dilema palestino, referindo-se à ação do brasileiro Osvaldo Aranha, que foi convidado a chefiar a delegação brasileira na primeira Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU, em 1947. Cabia ao Brasil presidir o Conselho de Segurança e, mesmo sabendo que os palestinos eram contra a divisão do território, no impasse da votação Aranha alinhou o voto brasileiro com o das grandes potências, a favor da criação do Estado de Israel.

“O voto dele foi o voto de desempate”, lembra Khader. “Por isso nós queremos criar uma força popular para pedir ao governo brasileiro que ajude na formação de um bloco internacional em favor da verdade, do direito e do cumprimento das leis internacionais.” As leis a que ele se refere são a Resolução 181 e a Resolução 194, da ONU.

A Resolução 181, de 29 de novembro de 1947, determinou a criação de dois Estados em terras palestinas: o Estado de Israel, que ficaria com 56% do território, e o Estado da Palestina, que ficaria com o restante. Essa resolução foi inicialmente rejeitada pelos palestinos, mas agora eles querem que o Estado da Palestina se torne uma realidade.

A Resolução 194, de 11 de dezembro de 1948, prevê o direito de retorno dos palestinos às terras de origem ou o pagamento de indenizações para quem não quer retornar e para quem sofreu perdas com as ocupações. “Muitos refugiados não querem voltar a viver sob o controle de Israel”, acredita Khader. “Mas Israel tem que liberar o retorno e indenizar aos que não querem mais voltar.”

Os judeus temem o retorno de quatro milhões de palestinos e seus descendentes espalhados pelo mundo, acreditando que haverá um desequilíbrio demográfico capaz de pôr fim ao Estado hebreu. Israel fez um censo de todos os palestinos que estavam vivendo no país somente entre os anos de 1968 e 1970, quando já ocupava 78% do território palestino, explica Khader. “Quem estava lá naquela época é considerado palestino, quem não estava não tem direito à cidadania. Por isso, muitos palestinos não podem voltar.” Para não perderem o direito ao retorno,

previsto no Direito Internacional, os palestinos consideram que qualquer descendente seu, nascido em qualquer país, continua sendo palestino. Pelo menos até que se instale o Estado da Palestina.

Khader possui bens em Ramallah, mas já morava no Brasil quando foi feito o censo. Portanto, Israel não lhe concede direitos sobre o imóvel nem direitos de cidadania. Naturalizou-se brasileiro e é com passaporte brasileiro que ele viaja de vez em quando à Palestina, para visitar seus parentes. Lá moram seus quatro irmãos, duas irmãs e centenas de sobrinhos, tios e primos. “A vida lá é difícil, mas eles não têm vontade de vir para cá. Minha mãe veio em 1988 e ficou até 1991, quando estourou a Guerra do Golfo. No dia em que começou a guerra, ela disse: ‘Eu quero voltar hoje, quero morrer com meus netos, os netos que eu criei.’ E voltou para casa no mesmo dia. Mas ninguém morreu naquela guerra e ela faleceu três anos depois.”

Khader conta que o pão é o alimento predileto dos palestinos. Na Palestina, toda família tem um forno dentro de casa para fazer seu próprio pão. Os palestinos também produzem o azeite de oliva. Cada família cultiva suas árvores e a primeira safra é guardada para consumo próprio. Usa-se o azeite em tudo, até para frituras. Na dieta entram azeitonas e figos, mas a carne é escassa. “A Palestina é um lugar árido, lá tudo é escasso e caro. Uma família grande

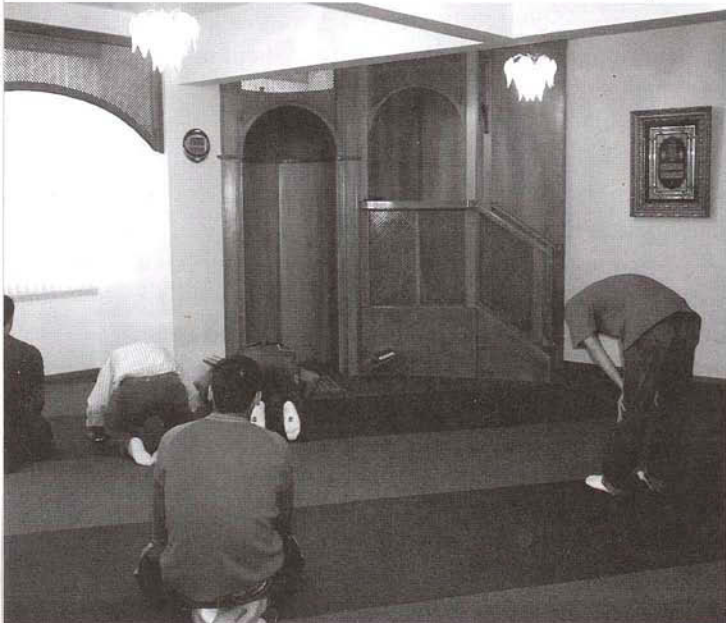
consome no máximo meio quilo de carne três vezes por semana, só para dar gosto. A comida é à base de verduras.”

Os árabes buscam manter sua religião e sua língua em qualquer parte do mundo, e a mesquita é o melhor lugar para ajudar os muçulmanos a fortalecer a fé e o idioma, diz o *sheikh* Amin Alkaram, de origem síria, líder da comunidade muçulmana da Capital. É na mesquita localizada em um prédio comercial no centro de Florianópolis que os muçulmanos se reúnem para ler o Nobre Corão e recitar alguns dos seus versos em árabe, todos os dias, o que ajuda os mais novos no aprendizado da língua. O *sheikh* também faz seu sermão em árabe e em português, uma vez por semana.

Ele explica que árabes são pessoas que falam o idioma árabe, e o povo árabe é composto de várias etnias. Há inclusive os árabes cristãos. Mas a maior parte dos palestinos que vivem em Florianópolis são árabes muçulmanos. Na multidão que lota os calçadões do Centro misturam-se algumas mulheres que usam a *hijab*, o véu que resguarda a cabeça das muçulmanas. O *sheikh* revela que tanto elas quanto os homens árabes sofrem preconceitos. “Até mesmo para os árabes brasileiros as pessoas perguntam se vão a uma festa à fantasia”, afirma o *sheikh*. Ele compara as diferenças de cultura e religião com a beleza das diferentes formas de vida na natureza: “Tem que respeitar isso, olhar como um modelo de perfeição da natureza”.

Em abril de 2002, amigos de Khader e outras pessoas solidárias à causa sugeriram que se criasse uma organização. Assim surgiu o Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino, formado com o apoio de professores, políticos e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Santa Catarina, onde se fez a primeira reunião. O apoio do Estado veio com a Lei 13.850, que instituiu o dia 29 de novembro como o Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino.

Faz 60 anos que o povo palestino está sendo discriminado, diz Khader: “Há 60 anos que esse povo está lutando para ser considerado como povo. Esse problema é mundial e não está longe de nós. Ele precisa ser resolvido e o Brasil pode ajudar na solução”.



Os gatos que me têm

Por Elaine Tavares,
de Florianópolis

Sempre fui um bicho solitário. Desde bem menina. Enquanto as demais crianças da rua voejavam pelas calçadas ou nas brincadeiras de rua, eu me perdia no céu, buscando discos voadores. Mergulhava os olhos nos livros que contavam dos mitos gregos, celtas, egípcios, maias. O mundo parecia mágico e pedia para ser desvendado. Eu o fazia em meu universo interior. Nunca gostei de festas, e lugares com mais de cinco pessoas já me pareciam irrespiráveis. Talvez por isso tenha tanto amor pelos gatos.

Estes bichos são misteriosos, solitários, independentes, majestosos. E me encantam. Posso ficar horas só olhando para eles, inebriada de respeito e encanto. Nunca tive um que pudesse chamar de “meu”, porque não gosto de bicho preso. E os gatos quase nunca se prestam a isso. São livres. Geralmente são eles que me têm, porque me conquistam.

O primeiro que me teve foi em Pirapora, Minas. Chegamos numa cidade estranha, perdidos de raízes e amores, e fomos morar numa casa velha perto dos trilhos. Um belo dia ele chegou. Veio atrás do cheiro do feijão da mãe, buscar um naco de carne. Vinha

pelo muro, feito um deus, e se espalhava pela casa, ora no sofá velho, ora nas camas improvisadas onde dormíamos. Dei-lhe o nome de Paulinho, em homenagem ao meu primeiro amor. Não precisava chamá-lo. Bastava amanhecer e ele vinha, pisando sobre meu corpo com suas patinhas de lã. Eu nem me mexia para não espantá-lo. Ele se deitava ao meu lado e ali ficávamos, por horas, quietos, dois bichos sós, felizes.

Agora, por incrível que possa parecer, uma família inteira me tem. Foi assim, sem que eu quisesse. Um belo dia fui morar no Campeche. Finalmente uma casa, depois de milhares de anos em quitinetes sem tanques. E, numa manhã qualquer, ela chegou. Pequena, branquinha, deusa. Circulou pela casa com seu andar de rainha e foi ficando. Chamei-a Micaela, a princesa do Tawantinsuyo. Não demorou muito e um gato amarelo também apareceu, grande, manhoso. Tupac Amaru. Ficou.

Na minha rua, a casa onde vivo é a única que não tem cachorro. Talvez essa notícia tenha se espalhado entre os gatos, via Micaela e Tupac. Então, outro dia, apareceram mais dois. Cinzentos. Bonitos como deuses.

Bolívar e Bartolina os chamei. E ficaram. Então, numa manhã de frio, enquanto tomava café, ouvi um miado estranho, diferente. Olhei e ali estava uma coisinha ínfima, tão pequena que cabia na palma da mão. Era um filhote, fruto das noites “calientes” de Bartolina e Bolívar. Chamamos de Zé Pequeno, porque era um naco de vida.

Agora, nestes dias de inverno, é lindo de ver. A família se junta e dorme abraçada. Bartolina, Bolívar e Zé Pequeno. Andam juntos, brincam. Quando o Zé se demora dentro da casa, Bartolina se posta na porta a esperá-lo e, enquanto ele não sai para dormir, ela não arreda pé. Bolívar já gosta de brincar. Eles ficam horas correndo e pulando, juntos. Uma família. Na hora da comida juntam-se a eles Micaela e Tupac. Então é aquela alegria. Depois, barriga cheia, eles se esparramam pela casa, sobre as cadeiras, pelas mesas, nas camas. E dormem em paz. Tomaram conta de mim, da casa, de tudo. Eles não pedem nada, não cobram amor, nem cuidado, nada. Apenas vêm e ficam. E quando menos se espera, somem. São livres. Bichos livres. Tal qual o amor. Por isso, me têm.

A prece como caminho



Aparecido enlaça a vida com a de
prisioneiros no Presídio Masculino da Capital

Por Raquel Moisés, de Florianópolis

Parece que tudo o que ele gosta de fazer, e mais ressalta no seu modo de ser, contradiz o nome que este homem carrega. *Aparecido* Lopes de Castro é uma dessas pessoas raras, dedicadas a fazer o bem sem alarde, na intimidade de gestos silenciosos e plenos de generosidade. É um senhor de porte grande, rosto anguloso, assinalado por bigode e expressão respeitosa. Atrás de um par de óculos grandes, esconde o olhar bondoso e uma suave timidez de

quem aprendeu com a vida a ouvir mais do que falar. Dá a impressão de se deter a tal ponto no essencial, que as palavras lhe custam a sair.

Quando consultado se aceitaria contar sua história, parece desconcertado. Seu Aparecido se habituou, ao longo dos anos, a cumprir a missão de viver sem querer *aparecer*. Desde 1990, atua na Pastoral Carcerária, realizando, no Complexo Penitenciário da capital catarinense, um trabalho que poucos têm a coragem de fazer na sua idade, que já soma mais de sete décadas. Logo que chegou em Florianópolis, no final dos anos 1980, vindo do ABC Paulista, se envolveu no projeto Oficina da Oração, dirigido a homens e mulheres que se encontram confinados no mundo da prisão.

Mineiro da cidadezinha de Piao, ainda hoje com menos de dois mil habitantes, estudou Odontologia em Juiz de Fora, município situado perto daquela localidade. Ao final do curso, e em busca de uma oportunidade de trabalho na capital paulista, acabou mudando de rumo. A convite de um amigo de turma, veio para o Sul catarinense. Mesmo sem gostar do frio de Tubarão, e também porque não

tinha dinheiro para voltar, foi ficando na cidade. Lá, acabou trabalhando como dentista na Estrada de Ferro Teresa Cristina e montou um consultório com o amigo, mas sempre encontrava tempo para a vida comunitária e o incentivo aos esportes.

Depois, no início dos anos 60, foi embora para o ABC Paulista. Ali, se envolveu com movimentos de bairro e com escotismo. Não sabia bem o que o movia, mas sentia no fundo do peito que tinha a obrigação de participar da vida da comunidade. Aqueles eram anos de efervescência no ABC e Aparecido, embora não estivesse envolvido com grupos políticos, acabou vivendo uma experiência dramática. Há pouco saíra do hospital, onde fizera uma cirurgia de coluna, e naquele dia se encontrava em frente à igreja, fazendo alguma anotação em um bloquinho, quando foi apanhado pela polícia. Julgado como “suspeito”, o levaram para trás da igreja. Ele lembra ainda hoje que nem conseguia andar direito, cheio de dores. *“Foi um tal de vira pra cá, vira pra lá e afinal um dos policiais disse: Não é esse, não é esse... A sorte é que eu trazia comigo todos os documentos, e que estava até os dentes envolvido com escotismo.”*

Naqueles tempos, a igreja era um ponto importante de reunião, e algumas vezes, depois do trabalho - Aparecido era dentista no Sindicato do Mobiliário - entrava para dar uma olhada no que estava acontecendo, mas não se envolveu com os acontecimentos daqueles anos de terror. Foi lá no ABC, porém, que sua vida chegou outra vez a uma encruzilhada, e ele mudou de novo de rumo. E novamente a estrada foi mostrada por um amigo, então diretor do Banco do Estado de Santa Catarina. E foi no Besc que Aparecido trabalhou até se aposentar, em 1990, por problemas de saúde.

Depois da aposentado-

ria, voltou-se para a formação religiosa, fazendo o curso de Teologia no Instituto Teológico de Santa Catarina. Foram quatro anos de estudos e de experiência na Oficina da Oração. Viajava, passava semanas em retiros, num tempo de aprendizado. Depois disso, através da Pastoral Carcerária, chegou o momento de levar a vivência para o cárcere. Aparecido, que já fizera trabalhos na prisão em São Bernardo do Campo, fez os contatos com a direção do Presídio Masculino de Florianópolis, e acabou tendo a permissão para iniciar o trabalho. Homem de pouca fala e muita observação, Aparecido compartilha, com simplicidade, uma íntima descoberta, quando fala

Museu da Província de Ancona



no trabalho de levar a prece, como caminho de crescimento espiritual, para a vida de prisioneiros. “*Só muito tempo depois de iniciar este trabalho eu entendi que aquilo que sempre sentia era um chamado. Eu estava resistindo a vida toda a isso, mas era uma coisa que eu podia fazer, sabia fazer e devia fazer...*”

Aparecido percebe que só se integra à oficina da Oração quem realmente vive a experiência do arrependimento concreto. Quem não sente isso, não aparece na hora da prece. Também, logo que começou o trabalho no presídio, notou que boa parte dos detentos não sabia ler. Por isso, muitos se escondiam e não aceitavam os folhetos que entregava, já que não conseguiriam mesmo ler. Então, junto com uma professora, Aparecido se empenhou em abrir espaço para o trabalho de alfabe-

tização e, até hoje, é um dos que mais acredita na educação como caminho para ajudar os encarcerados. Dois deles o marcaram de modo especial: um caminhoneiro, que queria aprender para ler as placas na estrada, e um rapaz nordestino, que sofria de epilepsia e estava lutando para se livrar das drogas. O moço professava fé evangélica, mas ficou muito amigo de Aparecido, para quem telefona até hoje. Depois que saiu da prisão, voltou para a família no nordeste, se casou e está estudando.

Quando conheci seu Aparecido, no final de 1998, fazendo meu trabalho de repórter, me causou uma intensa impressão. Naquele dia de outono, em que comecei a conhecer de perto a rotina aterradora de presos e trabalhadores do complexo penitenciá-

rio da capital, saí daquele lugar remexida, possuída por sentimentos contraditórios que, de algum modo, me levaram a criar, em 1999, junto com o Conselho de Comunidade de Florianópolis e estudantes de jornalismo, o *Vozes Fora*, um jornal que ainda circula dentro e fora da prisão, lançando luzes sobre esse mundo obscuro e ignorado pelos que vivem em cidades aprisionadas. Mas, naquele distante dia de 1998, nada me tocou mais do que o momento de comunhão com Luiz, um condenado doente, que voltava do médico algemado e aceitou falar sobre sua vida, compartilhando também uma prece conosco. A reportagem “*Vidas algemadas*” saiu no *Jornal Universitário*, da UFSC, de 6 de novembro daquele ano. A tessitura final desse texto ainda condensa toda a ternura que Aparecido espraia no mundo sombrio da prisão, iluminando o caminho da prece.

“Só quando Luiz declara a sua fé católica, seu Aparecido Lopes de Castro, da Pastoral Carcerária se manifesta... O homem alto, de aparência serena, lhe oferece um terço bento e pergunta se ainda tem ódio no coração. “Não tenho mágoa da polícia que me pegou, eu tinha que sofrer para me perdoar... Hoje eu sei que jamais vou repetir o que cometi no passado. Queria que me tirassem hoje da cadeia, pois só tenho bons pensamentos e muito amor para dar para a minha família”.

Antes de nos despedirmos, seu Aparecido sugere que façamos uma oração juntos. Todos os olhos ficam inundados enquanto a prece, pronunciada com doçura, derrama suavidade pela sala cinzenta e triste. Nos abraçamos e saímos. Até hoje sinto na pele aquele aperto de mão, prisioneiro de algemas.”

PROJETO
AMÉRICA
LATINA
PALAVRA
VIVA

Educação
e Cultura

amlapav@gmail.com



MOBILIDADE URBANA



Malditas sejam todas as catracas!

Transporte coletivo caro exclui 37 milhões de brasileiros

Por Míriam Santini de Abreu, de Florianópolis

A tarifa de ônibus que o vendedor ambulante Arnoldo Miranda paga custa R\$ 3,05. Ida e volta, R\$ 6,10. O bloco mensal de passes é vendido pela empresa por R\$ 152,50. É demais para ele, que todos os dias tem que fazer o trajeto Palhoça-Florianópolis para vender água, refrigerante e milho verde no centro da capital catarinense. “Quando não tenho condição de pagar, venho de bicicleta”, diz Miranda, que, às vezes três dias na semana, precisa pedalar ao menos 15 quilômetros em meio a trânsito intenso, sem ciclovias, para poder trabalhar.

O Ministério das Cidades estima que 37 milhões de bra-

seiros não tenham condições financeiras para usar sistemas de transporte público. Procurar trabalho, levar o filho ao posto de saúde, passear nas áreas de lazer da cidade são atividades difíceis de concretizar. A falta de dinheiro impede o direito fundamental de ir e vir, tão defendido por motoristas que se revoltam quando os movimentos sociais fecham ruas para protestar contra o reajuste das tarifas.

Refletir sobre essa realidade e propor alternativas para mudá-la foi o objetivo do Seminário sobre Mobilidade Urbana realizado em julho na Uni-

versidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O conceito de mobilidade urbana vai além do ir e vir de veículos e do conjunto de serviços que possibilitam esses deslocamentos. Ele tem a ver com as necessidades das pessoas e o acesso delas às facilidades, serviços e oportunidades que a cidade oferece: escolas, hospitais, locais de emprego, moradia e lazer.

Pensar sobre isso deixa claro que viver e morar em uma cidade são coisas diferentes. Quem vive aproveita as boas coisas. Quem apenas mora vê a cidade passar no intervalo entre a casa e o trabalho, sem conseguir experimentar o que está atrás das portas com placas de anúncios, dos muros, dos eventos pagos. É como viver dentro e fora ao mesmo tempo, num intervalo de espaço que a mídia chama da periferia. São os empurrados para a periferia que mais precisam do transporte coletivo, e os que menos têm acesso a eles.

Um dos assuntos debatidos no seminário foi a Tarifa Zero, tema da palestra de Lúcio Gregori, ex-secretário de Transporte na gestão de Luiza Erundina em São Paulo (1989-92). Ele falou que nenhum outro sistema de transporte dá tanta liberdade de locomoção quanto o carro, mas é uma solução individual, acessível a poucos, e o preço é alto: poluição e caos no trânsito. “O desafio é fazer o transporte coletivo dar esse mesmo grau de liberdade, com mobilidade plena e acesso universal”, disse.

Gregori também observou que o transporte público é o único serviço pago no ato do consumo, totalmente diferente de outros serviços públicos. Ele provocou: quem paga, no ato, para tomar um copo de água dentro da própria casa? Ou dá dinheiro a um funcionário, todo dia, para acender a luz? Ou tem o lixo de casa pesado e cobrado pelo trabalhador que o recolhe? O que existe é uma tarifa mensal que a pessoa paga depois do consumo.

Em Florianópolis, o transporte público, chamado de “integrado”, tem quatro tarifas diferentes. A chamada única é de R\$ 1,90 se o passageiro tem cartão e de R\$ 2,40 quando paga em dinheiro. A mesma regra vale para a tarifa social, de R\$ 1,25 e R\$ 1,50 respectivamente. A pessoa, para ter direito à integração entre as diferentes linhas que atendem a Capital, precisa enfrentar fila para sempre estar com os cartões carregados.

No seminário, Gregori deixou claro que o transporte público beneficia não os usuários, e sim o capital. Isso explica a gritaria dos empresários em geral quando há greve de motoristas e cobradores: as pessoas não podem pegar o ônibus para trabalhar, fazer comprar, pagar contas. A indústria, o comércio e os serviços têm prejuízo. A lógica é essa: o trabalhador paga, e caro, por um serviço muitas vezes ruim que beneficia principalmente os patrões.

Por isso é que, na abertura do evento, o presidente da União Florianopolitana de Entidades Comunitária (Ufeco), Modesto Azevedo, tomou emprestado o trecho de uma frase de Dom Pedro Casaldáliga, “Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e amar!”, para proclamar: - *Malditas sejam todas as catracas!*

Ricardo Freitas, assessor do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo da Região de Florianópolis (Sintraturb), defendeu a penalização do transporte individual e a aplicação de taxas para grandes empreendimentos que afetem a demanda de transporte em geral e modifiquem o trânsito. “É preciso um fórum público permanente para fazer esse debate. Afinal, não há vida nas cidades sem transporte público.”

Representantes da prefeitura de Florianópolis também participaram do seminário. O secretário municipal dos Transportes e Terminais, Norberto Stroisch, defendeu uma política nacional que, dentre outras medidas, reduza a carga tributária sobre o transporte coletivo. “Hoje, 30% do custo é de impostos.” O diretor do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, Ildo Rosa, disse que na Ilha se aposta no transporte individual, que ele classificou de “pernicioso”, e que não se levam em conta soluções alternativas. Para Rosa, também é preciso melhorar a estrutura das ciclovias da Capital. Elas não são interligadas e oferecem pouca segurança.

Stroisch diz que a Tarifa Zero é “utopia”, mas documentos do governo federal mostram que não é assim. A “Proposta de Barateamento das Tarifas do Transporte Público Urbano”, documento de 2006 do Ministério das Cidades, revela que o cenário nacional dos serviços de transporte público coletivo urbano é composto por 1.600 empresas operadoras, das quais apenas 12 são metro-ferroviárias, com faturamento anual de aproximadamente R\$ 24 bilhões.

Estima-se que 80% de todas as viagens concen-

trem-se nas regiões metropolitanas e nas chamadas aglomerações urbanas. Destas, cerca de 95% do serviço é ofertado por operadores privados. “No Brasil, diferentemente de muitos outros países, os únicos sistemas de transporte coletivo subsidiados pelo poder público são os trens urbanos e metropolitanos”, admite o documento.

A luta pela Tarifa Zero não ignora o custo do transporte, e sim leva a sociedade a pensar sobre quem deve cobrir o custo via tarifa, se ela pode ou não dar lucro, e quem precisa subsidiá-la. Na gestão de Luiza Erundina em São Paulo, parte da tarifa era subsidiada pela prefeitura.

Marcelo Pomar, do Movimento Passe Livre, um dos organizadores do seminário, defendeu que os ricos paguem, via impostos, o custo do serviço. Ele costuma citar como exemplo o lucro dos bancos. Em agosto, a mídia revelou que a rentabilidade dos grandes bancos brasileiros no primeiro semestre deste ano foi o dobro da rentabilidade dos bancos dos Estados Unidos.

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o Itaú, segundo maior banco privado brasileiro, teve o maior lucro semestral já registrado por instituições financeiras brasileiras, R\$ 4,016 bilhões. E lembrou também que, de 1995 e 2001, o governo gastou R\$ 20 bilhões para ajudar bancos que acumularam prejuízos. “Quem utiliza o transporte público precisa de acesso, e tem que cobrar de quem realmente não precisa do transporte e, atualmente, se beneficia de sua exploração”, argumentou Pomar.

Além da Tarifa Zero, o seminário apontou a necessidade de o poder público assumir o transporte, e não deixá-lo nas mãos de grupos empresariais. “Não é possível permitir que os itinerários, os custos e os preços, a renovação das frotas, a adaptabilidade dos ônibus para pessoas com deficiência, enfim, que isso seja gerido pelos empresários, que operam, por razões óbvias, de acordo com os interesses de seus lucros”, diz o documento final. Também se defendeu o combate ao transporte individual e a aposta em modalidades como transportes marítimos e as ciclovias.

Na exposição de motivos do projeto de Lei das Diretrizes da Política de Mobilidade Urbana, enviado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso Nacional em agosto, o governo usa dados da

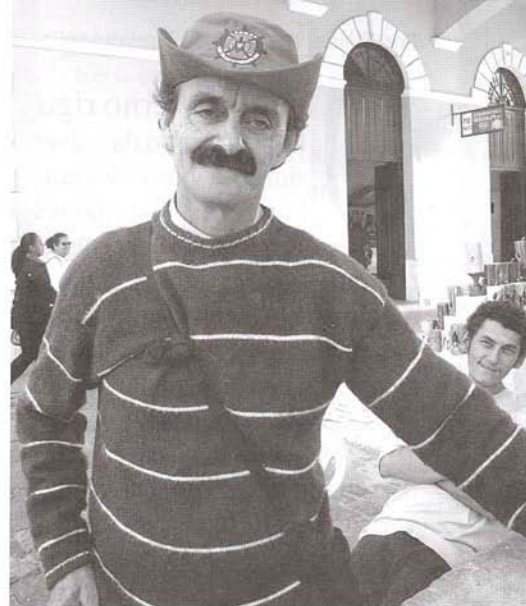


Foto: Míriam Abreu

Arnoldo Miranda: “A passagem tá cara”

Associação Nacional de Transportes Públicos para mostrar que cerca de 20% da população das grandes cidades, detentora dos meios motorizados privados de transporte, automóveis, principalmente, ocupa quase 80% das vias públicas. O governo também admite que quase 100% dos serviços de ônibus urbanos são operados pela iniciativa privada sob contratos precários ou vencidos. E pior: segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizado em dez cidades brasileiras em 1998, cada ano corresponde a 250 milhões de horas gastas no trânsito pelos usuários de automóveis e 120 milhões pelos passageiros de ônibus.

Ajeitando o chapéu vermelho, o vendedor ambulante Arnoldo Miranda diz tudo: “A passagem tá cara. Tem muita gente pobre ali onde eu moro, no Brejaru, que não tem dinheiro para pegar o ônibus.” Mas a luta pode trazer dias diferentes... Na noite do Dia dos Pais, o motorista e o cobrador da linha Bela Vista I-Via Floresta, de São José, na Grande Florianópolis, acompanhados de alguns passageiros, cantavam a música “A Montanha”, de Roberto Carlos:

*Obrigado Senhor por um novo dia
Obrigado Senhor pela esperança
Obrigado Senhor agradeço
Obrigado Senhor*

Ao final, o motorista, erguendo o polegar direito em direção aos cerca de dez passageiros que estavam no coletivo, emendou:

Obrigado Senhor pelos passageiros!

Por Elaine Tavares, de Florianópolis

Junho, inverno rigoroso. Dentro da universidade, a vida pulsa em labaredas. Estudantes discutem, conspiram, desenham rebeliões. Nem sabem, mas o movimento desencadeado ali vai incendiar toda a América Latina, rompendo barreiras da língua, do espaço e do tempo. É o ano de 1918. Naqueles dias, os estudantes reivindicavam uma nova universidade, diferente dos moldes europeus e estadunidenses, copiados por toda a parte. Lutavam por uma instituição latino-americana, capaz de pensar a realidade deste lugar, desde este espaço. Uma universidade democrática, com a participação de alunos e trabalhadores, na qual a base da pedagogia fosse o amor. Palavra estranha num mundo tão árido. “A autoridade, na casa dos estudantes, que é a universidade, não se exercita mandando, mas sugerindo, amando, ensinando. Se não existe uma vinculação espiritual entre o que ensina e o que aprende, todo o ensino é hostil e, portanto, infecundo”, alertava o manifesto que entrou para a história. Assim, naquele 1918, os garotos de Córdoba - um pequeno grupo - mandaram embora os professores cansados, os que não queriam ensinar, os que faziam da cátedra só um lugar de poder. E, no rastro daquela luta, toda a América Latina seguiu, democratizando-se, abrindo veredas para o saber que liberta. Foi uma hora americana.

Florianópolis/Brasil. Junho,

Fotos: Elaine Tavares



Economia em rebelião

Estudantes exigem professores que desvendem a realidade

inverno rigoroso. De repente, no meio do pacato Centro Sócio-Econômico da UFSC, um turbilhão. Gente por todo o lado, assomando no corredor, em frente à coordenação do Curso de Economia. O ato era a culminação de um processo também levado por um pequeno grupo de alunos que resolveu fazer soprar novos ventos na academia catarinense. O mote era igualmente parecido com aquele do junho cordobês: um basta aos pro-

fessores desmotivados, descomprometidos, cansados, arrogantes, inacessíveis, escravos das transparências velhas. Um basta também ao ensino estéril, cópia de manuais estrangeiros, desvinculado da realidade brasileira e catarinense. Naquele dia, então, os estudantes da Economia da UFSC tiveram sua hora histórica e se libertaram de muitos desses docentes já completamente aliados da vida real. Pareceu

coisa pouca, mas não é. Numa instituição em que a regra é aceitar o ensino medíocre, fingindo aprender, os garotos da economia saíram do tom e inauguraram um novo jeito de viver a vida acadêmica.

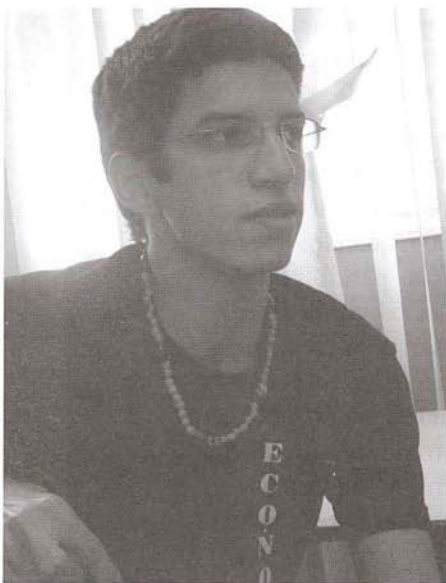
Os protagonistas. São pouco mais que meninos, com idade variando dos 18 aos 22 anos, mas que ninguém duvide da férrea vontade que têm de construir uma uni-

versidade de verdade, que prime pelo conhecimento vivo, próprio, conectado com o real. Luis Felipe Aires Magalhães (20), Mauricio Molinari (19), Rafael Albuquerque Paddixi (18), Daniel Corrêa da Silva (20) e Elder Figueiredo Arceno (22). Estes são os artífices da tormenta que varreu as salas da economia. Sérios, estudiosos, preocupados com os destinos do país e da universidade, eles colocaram em cheque toda

uma pedagogia que caducava entre o servilismo e a arrogância.

Como tudo começou. A crise já se mostrara em pequenas doses durante o ano de 2006, mas no início de 2007, quando se aproximava a eleição para a coordenação de curso, os garotos decidiram conversar com os demais colegas, nas mais diferentes fases. Ficaram pasmados. Aquilo que parecia ser um problema isolado, de um pequeno grupo, se mostrou regra geral. “Notamos que havia um profundo desrespeito ao curso e aos estudantes. Ouvimos histórias de assédio moral e sexual. Ouvimos falar de professores que convidavam a turma para ir ao bar do Pida, no campus da UFSC, em vez de terem aula. Vimos que havia um completo des-compromisso com a função social do professor no processo do ensino. E que isso era rotina”, lembra Luiz Felipe.

Então, o que era apenas conversa de corredor foi sendo levado a sério. Começaram as reuniões periódicas e o Centro Acadêmico (CA) se integrou. Houve participação efetiva dos estudantes do período da noite, desmistificando a idéia de que o aluno noturno só quer o diploma e nada mais. “O processo foi tomando corpo e todos começaram a questionar de forma sistemática o comportamento dos professores”, diz Daniel. Ninguém mais queria pactuar com a falta de vontade de dar aula, com o uso inútil do retroprojetor, transparências antigas, riscadas, e o abuso da autoridade nas situações mais cotidianas. Por conta disso as reuniões no CA fo-



Luis Felipe: preocupação com a qualidade do curso

ram crescendo até que se pensou no ato, naquele junho, quando fizeram um café colonial em frente à sala da coordenação, iluminado por retroprojetores.

As histórias. Segunda fase. O professor de Introdução de Macro e Micro Economia apenas reproduz um manual, que por sua vez reproduz uma realidade alienígena, que não é a brasileira. Até os exemplos são estadunidenses. Não há vínculos com a vida real, aqui, deste espaço. “Os alunos nem precisariam vir à aula. Tudo está no livro e nada de novo é acrescentado. É uma proposta teórica colonizada”. Os estudantes até tentaram uma conversa, mas o que receberam foi humilhação.

Quarta fase. O professor de Economia Agrícola não cumpre sequer a ementa. Quando questionado sobre a inexistência de ligação com a realidade, encontrou um bode expiatório e disse que o debate estava sendo provocado por um único aluno que havia visitado um acampamento do Movimento

Sem Terra. “Tratou a gente como se fôssemos tolos e não como pessoas preocupadas em discutir a proposta de passividade do economista diante do real”.

Quinta fase. Professor de Macro Economia II, também escravo do manual. Figura conhecida e de notório saber, poderia acrescentar mais ao ensino. Mas qual, as provas eram de verdadeiro e falso, cheias de pegadinhas. Nada de provocar o pensamento próprio, o conhecimento. No diálogo, foi incisivo. Não iria mudar. Os alunos então decidiram estudar sozinhos. “Criaram-se dois grupos. Um, de uns quatro, cinco, tinha aula com ele, e o resto da turma estudava sozinho, noutra sala. Só nos víamos na prova. Nossas aulas eram coletivas e desverticalizadas, um ajudava o outro e com o alto grau de participação. Sem poder, sem humilhações. Gente que nunca falou na aula, ali falou e contribuiu. Todos tinham fome de saber”. No dia da prova lá estavam eles, vitoriosos. Tinham aprendido muito mais.

Quarta fase. Professor de Estatística Econômica. Não dava importância às aulas. Saía da sala, usava bibliografias ultrapassadas, aplicava exercícios com valores em moeda antiga e, ao ser questionado, dizia que era coisa de um único aluno. Ali também teve luta e vitória.

As lições. Estas são algumas das histórias, mas há outras. Professor que põe bolsista para dar aula, que não diz coisa com coisa, que assedia. O certo é que o grupo da Economia, em parceria com o CA, descobriu que a vida estudantil pode ser muito mais do que a mediocridade. Descobriu ainda que

as conversas em comissões e negociações são legais, mas nada resolvem. O que faz a vida avançar é a radicalidade, a luta, a união. “O que fica como lição é que precisa haver nova interpretação do que seja uma aula. A figura do professor não pode se impor de forma dogmática, autoritária, intocável. A realidade do país precisa ser desvendada pelo saber. O curso e os professores não podem ficar alheios ao real. Não queremos manuais, queremos pensar. É certo que há professores que provocam isso, se mostram capazes de conduzir uma aula. Mas ainda é uma minoria. A universidade como um todo precisa mudar”.

Os estudantes da economia estão, com estas lutas intestinas, inaugurando novas práxis inclusive dentro do próprio movimento estudantil. “Nós queremos que o movimento também se debruce sobre esses problemas cotidianos que a gente vive. É nestes espaços que se cria consciência coletiva para enfrentar os problemas maiores”. Eles sabem que é de pequenos atos, pequenas vitórias, que se avança para as grandes transformações. Estão fazendo a sua hora na universidade e esperam ver o exemplo de suas lutas se espalhar. Muitos dos professores que dormiam em seus manuais foram substituídos. Ninguém aceita mais humilhações e descaso. Essa gurizada está na universidade para criar conhecimento, para pensar o novo, para erguer um outro país. Não se trata de um diploma, mas de saber para transformar. São só meninos e aí estão, dando lições. Quem sabe não soprem por aqui, aqueles ventos, tal qual em Córdoba, que derrubaram tudo... e mudaram a universidade!

Costurando vida melhor

Sindicalista trabalha para melhorar condições de trabalho e saúde no setor têxtil

Por Míriam Santini de Abreu, de Rio do Sul, SC

- Hi, aquela incomoda...
- Tem direção de sindicato com a qual é fácil negociar. Já com ela...

São fragmentos de conversas sobre Zeli da Silva, 47 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação, Tecelagem e Vestuário de Rio do Sul e Alto Vale do Itajaí, Sititev.

Os trabalhadores que o Sititev representa, a maioria mulheres, têm piso salarial de R\$ 380,00. Pesquisa feita pelo sindicato em 2005 com 424 funcionários de empresas revela que a pressão dos patrões para aumentar a produção e melhorar a qualidade das peças está entre os maiores problemas no trabalho. Depressão, estresse e lesões por esforço repetitivo (LERs) foram citadas por 50 entrevistados. E há o assédio moral. Mulheres procuram o sindicato para relatar que ouvem ofensas públicas e ameaças. “Muitas se sentem ainda mais humilhadas porque têm vergonha de falar sobre o assunto dentro de casa”, conta Zeli.

A atividade de costura é desgastante. Um exemplo está no “Estudo comparativo das condições de trabalho de costura em pequena, média e grande empresa do setor têxtil: situação da costura reta”, dissertação de mestrado em Engenharia de Produção apresentada por David Fernando Ramos na Universidade Federal de Santa Catarina. Ele fez a pesquisa no Vale do Itajaí em 2001 e a apresentou em 2002.



Zeli: lutadora que “incomoda”

Foto: Míriam Abreu

O estudo de Ramos foi com trabalhadores em costura de linha reta – fazer batinha nos quatro cantos de uma toalha. Esse produto não é o carro-chefe em Rio do Sul, onde predominam as confecções, mas os dados são reveladores: uma trabalhadora executa 22 micro-movimentos para completar a batinha de uma peça. Se costurar 1.100 unidades ao longo de oito horas de serviço, terá feito 23 mil movimentos. Zeli sabe o que isso significa ao fim de um dia de trabalho porque já foi costureira.

Ela é natural de Rio do Sul, mas até os 18 anos morou em Ibirama, onde a família vivia da lavoura. Depois mudou-se para Blumenau, cidade em que começou a trabalhar no setor têxtil. Mais tarde, de volta à terra natal, entrou na Sulfabril, empresa que até meados dos anos 1990, antes de falir, era um dos locais de trabalho mais desejados por quem era do ramo. Zeli fazia batinha em camisetas com um tipo de ponto que já não se usa. “Eram 500 peças por hora”, lembra ela, que desenvolveu problema de coluna por causa da função.

No cotidiano de trabalho Zeli testemunhou as mudanças nas empresas têxteis ao longo da década passada, inspiradas no modelo produtivo japonês conhecido

como *toyotismo*. Uma delas foi a adoção de “células de produção”, em que grupos de trabalhadores são atuantes na definição e no controle do processo e do produto acabado. Os mais produtivos, lembra a sindicalista, recebiam premiação, e os que interrompiam a produção por algum motivo eram responsabilizados pelo atraso. “Passavam até fitas para mostrar como os japoneses trabalhavam nas células. No início dava até para acreditar que não haveria mais chefes... Depois vimos que não era assim, e que o salário não tinha nada de japonês”, ironiza Zeli, que saiu da empresa em 1999.

Tempos depois de ter assumido o primeiro mandato na presidência do sindicato, em 2000, ela também foi vereadora por um ano e oito meses. A vaga no Legislativo de Rio do Sul lhe coube na condição de primeira suplente, porque o vereador eleito passou a ocupar um cargo na prefeitura. Uma das lutas que travou como vereadora foi pela melhoria do transporte coletivo em Rio do Sul, cidade com cerca de 55 mil habitantes.

Zeli incomodou. Tanto que, no Natal, os colegas deram a ela, de presente, a miniatura de um ônibus. Ela avalia que o aprendizado foi valioso, mas acredita que a Câmara de Vereadores é espaço público que vai cumprir

seu papel só a partir do momento em que o povo entender e cobrar isso.

A sala que ocupa no Sititev dá pistas das novas atribuições da sindicalista. Sobre a mesa está o livro “Preconceito contra a `mulher`: diferença, poemas e corpos”, de Sandra Azerêdo. Zeli é suplente na secretaria regional Sul da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e secretária geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fetiesc), a qual representa no Conselho Estadual de Saúde e onde também atua na Secretaria da Mulher.

Atualmente o Sititev luta para reestruturar a Delegacia da Mulher de Rio do Sul, e já organizou um abaixo-assinado com três mil assinaturas. Outro desafio é compartilhado com sindicatos Brasil afora: mobilizar os trabalhadores. O setor têxtil emprega cerca de 6 mil pessoas no Alto Vale do Itajaí, fora os que não têm registro na carteira de trabalho. O trabalho informal é feito principalmente nas chamadas facções, que são micro, pequenas e médias empresas onde se terceiriza a produção da indústria têxtil. Um número desconhecido delas também funciona no “fundo de quintal”, contra-

tando costureiras que muitas vezes não recebem qualquer tipo de direito trabalhista.

Zeli conta que o Sititev passou por um período difícil nas finanças, e ela ia a pé ou de ônibus visitar empresas e facções para conversar com trabalhadores e apurar denúncias. Hoje, para atender 20 municípios, ela precisa ter disposição para continuar a enfrentar a estrada. A campanha salarial de 2007 já iniciou e vai ferver em setembro, incorporando a luta pela saúde e pela qualificação dos cargos de chefia. “Queremos que as empresas se responsabilizem pelos danos que o assédio moral vem provocando nos trabalhadores, inclusive oferecendo acompanhamento psicológico. Os locais de trabalho também estão doentes”, avalia.

Sobre o armário num canto da sala dela no sindicato, ao lado de uma imagem de São Jorge e de Nossa Senhora de Aparecida, a Bíblia está aberta no Salmo *Confiança*, o preferido da sindicalista que tem fama de incomodar:

Nenhum mal
te atingirá,
Nenhum flagelo
chegará à tua tenda.
Porque aos seus
anjos ele mandou
Que te guardem em
todos os teus
caminhos



Uma coluna culinária com o carinho da vovó, a dedicação da mãe e o tempero da mocinha...

Polvilho azedo e doces amizades

A amizade alimenta a alma. Assim como o amor. A fantasia, talvez, seja uma boa sobremesa. Mas, mantenhamo-nos na divagação em relação ao prato principal...

Por piores que sejam os problemas da vida, mantenho o espírito forte e a alma vitaminada, graças às amizades que cultivo.

Oi? O que isso tem a ver com coluna de culinária?

Ah, claro, eu explico: tenho ternas e apetitosas lembranças das minhas mais ricas amizades, ligadas à memória olfativa do polvilho azedo. São das tardes de domingo, com minhas primas e amigas, na casa de tia Margarida, na década de 1990. Chimarrão, pipoca, pão caseiro com melado e nata, café passado na hora... Tardes com canastra, tricô, às vezes televisões, raramente alguma caminhada, no verão a piscina. E, principalmente, as rosquinhas de polvilho.

Tia Margarida sempre tinha alguma novidade, alguma sobremesa que vira no programa de televisão, um pão integral com frutas cristalizadas... Mas as minhas preferidas sempre foram as rosquinhas. O cheiro do polvilho azedo desperta essa doce memória. Eram preparados no forno elétrico, servidos ainda quentes, assim, inchados e cheirosos, e devorados com gula.

Eram tardes de domingo com minha prima que depois se foi para a França, com minha amiga que agora mora no interior de São Paulo, a outra que se casou e tem um filho que hoje ocupa suas tardes de domingo, outra que ainda está em Floripa, mas insiste em vi-

ajar nos finais de semana... Ainda tem a prima Vera, mas a casa da tia Margarida anda mais vazia, agora.

Ainda assim, resolvi ir até lá buscar a receita das rosquinhas. Acho que elas podem marcar as lembranças de muitos que tenham amigos e amigas para dividir uma tarde de domingo ou uma noite mais fria.

Minhas amigas continuam tão amigas quanto antes, agora numa rede mundial de amizades. Entretanto, aquelas tardes de domingo e as rosquinhas preparadas pela tia Margarida são parte da minha memória, localizadas num tempo determinado, no arquivo das lembranças mais gostosas.

Roscas de polvilho

3 xíc. de polvilho azedo
¾ de xíc. de óleo
2 xíc. de leite
1 colher média de sal
1 ovo

Para começar a preparar a receita, ligue o forno: ele precisa estar muito bem aquecido.

Ponha o polvilho numa bacia e derrame sobre ele uma xícara de leite frio e o sal, sem mexer a mistura. Coloque a outra xícara de leite para esquentar, junto com o óleo, até levantar fervura e misturar o leite e o óleo. Derrame tudo sobre a mistura da bacia e mexa com uma colher. Mexa bem, acrescente o ovo e continue mexendo. A consistência da massa deve se assemelhar a do bolinho de arroz.

Distribua a massa, às colheradas, distantes umas das outras, na forma. Leve ao forno onde devem permanecer por cerca de 45 minutos. Deixe o forno muito quente no início; depois da primeira meia hora, baixe um pouco a potência. A receita rende uma dúzia de rosas, que crescem bastante.

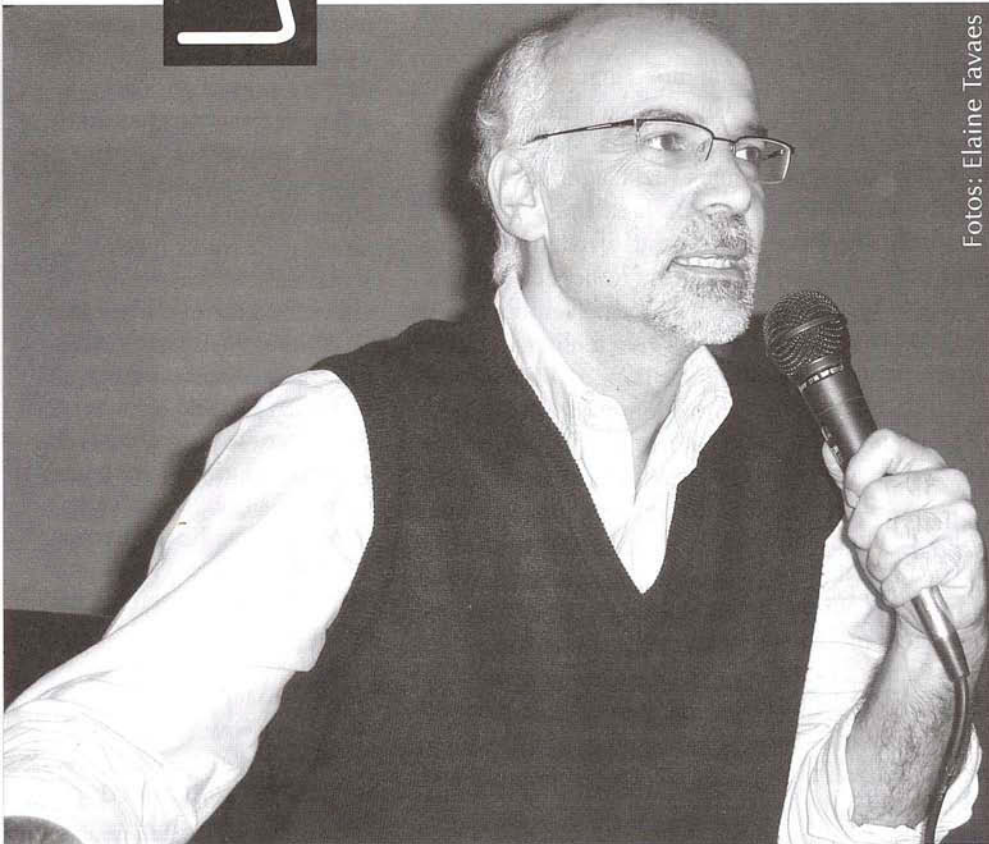
Providencie amigos, amigas, muitos, de preferência. Se precisar, repita a operação, preparando mais rosquinhas. Vale a pena, vai ser difícil você esquecer.

O guri de Joaçaba é a marca do novo

Nildo Ouriques quer ver a Universidade ligada ao povo

Por Elaine Tavares, de Florianópolis

Praticamente ninguém passa incólume por esse homem. Há quem não o suporte e há os que o amem de paixão. É, porque ele não concede meio-termos. Vibrante, polêmico, rebelde, criativo e criador, Nildo Ouriques é um “nojento” típico. Professor na Universidade Federal de Santa Catarina, no curso de Economia, tem pautado sua existência na busca do que chama de “uma nova práxis”, fugindo das fórmulas prontas, colonizadas, perseguindo o novo. É isso que ensina e é o que vive. Não é à toa que colocou seu nome, como pré-candidato, à disposição para, mais uma vez, concorrer à reitoria da UFSC. Porque quer ver brotar no campus da Federal uma universidade diferente, outra, capaz de articular os saberes criados ali com a vida mesma, das gentes, do povo. Quer uma universidade criadora do novo, voltada para a maioria. Um sonhador, é certo, atacado pelos adversários como “personalista, político, não-científico”. Mas



Fotos: Elaine Tavares

quem o conhece sabe: é generoso, rigoroso no processo de criação do conhecimento, trabalhador, enfim, um desses seres capazes de dar à luz uma estrela.

Ousadia é a sua marca desde que saiu de Joaçaba no final dos anos 70 disposto a ser engenheiro na vida. Não foi. Acabou economista, justamente por essa louca capacidade de trilhar caminhos novos, desafiadores, rompendo tradições, medos e adversidades. Quando pequeno, nas ruas de terra do bairro onde morava, o menino magrinho de olhar penetrante só queria saber de rolimã, caçar borboleta, brincar de boxe e jogar futebol. Mas, o seu sonho se espalhava para além da rua. Voava para a capital, Florianópolis, no Avaí, clube onde pensava ser campeão. Arrojado e esprevidado, seguidamente era repreendido pela mãe, Maria, que imprimia, a cada traquinagem, um severo castigo: “Vai ler um livro, guri!”. E ele ficava, amuado, na sala da casa que tinha uma parede coberta de livros comprados pelo pai, Djalma. “Nunca soube o porquê de tantos livros. Acho que ele queria dar para nós, os filhos, o conhecimento que não teve”. É claro que naqueles dias o pequeno Nildo nem lia, indignado com o castigo, mas aquela presença o marcou para sempre, no gosto pela teoria.

Mais tarde, a adolescência revelou o garoto obstinado que fazia redações criativas tão bem construídas que os professores perguntavam se era ele mesmo quem as tinha feito. Sim, era ele. E foi quando descobriu que podia ser bom com as palavras. “Acho que foi aí que comecei a tomar gosto pelo estudo, de verdade”. Naqueles dias Nildo já jogava no Joaçaba Futebol Clube, e sonhava alto. Então, pegou um ônibus e foi para a capital. Na pequena mala levava algumas roupas e a camisa do Flamengo, clube do coração. Ia estudar para o

vestibular e jogar bola. A idéia era fazer Engenharia Mecânica para, se o futebol não vingasse, voltar à terrinha e ter um bom emprego. Mas, na hora de preencher o formulário, preferiu “Economia”, afinal já trabalhara na área junto com o pai. Pois foi essa área que acabou gestando outros rumos para o então jogador de bola.

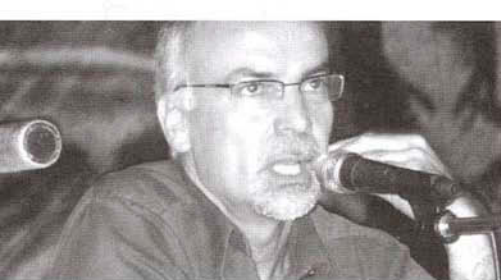
A universidade abriu o mundo para Nildo Ouriques. Ele viu que, para além do estádio onde sonhava ser campeão, havia um país e uma América Latina e que, neles, havia gente que lutava pela transformação. Naquele ano de 1978, a universidade passava por reformulações de currículo e os estudantes não tinham participação. Nildo se envolveu na luta, de cabeça, como sempre fez. Foi a primeira vez que falou numa assembléia e, depois dali,

pegou gosto pela coisa. Fazer política junto com a ciência passou a ser algo natural. Além disso, as aulas do mestre Célio Espíndola, falando de economia crítica, política e filosofia, abriam sua cabeça para outros tantos horizontes. “O cara era genial, sabia tudo e nos levava para além dos problemas locais”.

Com a política no sangue, foi a vez de mergulhar no mundo do Movimento Estudantil. Nildo fez parte da criação dos Centros Acadêmicos Livres em plena ditadura militar. Logo depois, deixando o grupo de Pesquisa e Teatro Novo, liderado por Carmem Fossari, onde atuava há um ano, decidiu enfrentar eleições para o DCE. Sua figura magrinha, mas ao mesmo tempo férrea, virou referência no campus. Foi eleito e viveu um ano inteiro envolvido na política estudantil, agitando a vida da universidade. Foi nesse meio tempo, entre luta e



Nildo em encontro do MST: saber comprometido com a vida



estudo, que se tomou de amores pela teoria e pela América Latina. “Eu lia os textos de Ruy Mauro Marini, que estava exilado no México, e ia descobrindo um outro mundo”. Assim, juntando o estudo com a militância, por dois anos foi representante estudantil no Conselho Universitário e ainda participou do Conselho de Curadores. A universidade já estava entranhada no seu corpo para a vida toda.

Em 1984 estava formado. Outra vez o guri de Joaçaba arriscou todas as fichas num sonho. Pegou a mala, o pouco que tinha, e foi para o Rio de Janeiro trabalhar na Fundação Escola do Serviço Público. Ali conviveu com intelectuais do peso de Ruy Mauro Marini (já de volta do exílio) e Renê Dreiffus, Teotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Eric Nepomuceno entre outros. “Foi um tempo espetacular. A Fundação fazia seminários com gente de toda a América Latina. Era fantástico. Aprendi muito”. Mas, apesar disso, seu tempo no Rio foi curto, um ano. Outra vez apostando na ousadia, voltou para Florianópolis onde aceitou ser secretário de Administração da Prefeitura, na gestão de Edson Andrino. “Aquilo era um desafio. Colocar em prática as coisas que só na teoria eu experimentara. Implantamos as seis horas para os trabalhadores, o concurso público, o plano de cargos e salários, eleições para as chefias e definimos a política salarial pelo Dieese. Era uma avanço e tanto”. Mas esse atrevimento de assumir um cargo no governo do

PMDB rendeu a ele uma briga com o PT, partido ao qual estava filiado. “Assumi o desafio e saí do PT”. Só muito tempo depois voltou a filiar-se para, em 2005, sair de novo, desta vez por vontade própria, quando o PT enfunou suas velas para a direita.

E foi de novo a ousada rebeldia que definiu outros rumos para sua vida. Ele havia transformado o gatilho salarial em lei municipal e, quando Andrino disse que não pagaria, preferiu sair da Prefeitura a ter que descumprir a palavra junto aos trabalhadores. “Era um compromisso meu. Não tinha como abrir mão disso”. De novo, lá estava ele, sem emprego, e com a mala arrumada para nova aventura. Vendeu tudo o que tinha e foi para o México fazer mestrado, sem bolsa de estudo, sem nada. Virava-se com traduções, trabalhos em jornais e até como comentarista da rádio BBC de Londres. Viveu no país de Zapata por sete anos, convivendo com as mais importantes cabeças pensantes da América Latina. Completou o doutorado na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e mergulhou na compreensão da grande pátria sonhada por Bolívar. Nunca mais seria o mesmo.

Voltou para o Brasil em 1995, fez concurso para professor na UFSC e passou. Lá estava de novo jogado na vida universitária de Santa Catarina e tanto que, em 1999, era candidato a reitor. “Foi uma boa experiência, mas não conseguimos derrotar o conservadorismo que vigora na universidade”. Quatro anos depois, o nome de Nil-do voltou a ser lembrado para a reitoria e, desta vez, chegou ao segundo turno numa campanha bonita e alegre. No voto universal venceria, mas o sistema de voto paritário deu a vitória ao oponente.

“Aquela campanha foi muito bonita e a gente quase chegou. É que tudo é um processo. A universidade talvez não estivesse pronta para a mudança”.

Pois agora aí está ele, de novo, insistindo na construção do novo. Com um pequeno grupo criou o Instituto de Estudos Latino-Americanos da UFSC, numa ousada e desafiante proposta de latinoamericanizar o pensamento; e inventou as Jornadas Bolivarianas, semana de debates e discussões com pensadores de todo o continente, que acontece todos os anos desde 2004. Não bastasse isso, é outra vez pré-candidato na eleição para reitor da UFSC. Segue apostando na nova práxis. Quer romper o marasmo em que vive a universidade, fazer com que esta instituição encontre seu caminho no rumo da construção de uma sociedade plural, criativa, solidária e generosa. Quer melhorar a gestão universitária, criar um corpo administrativo que tenha apreço pelo terreno intelectual, arrumar a casa e pensar um projeto para o país. Um projeto ambicioso, sem dúvida. Mas não poderia ser diferente sendo ele quem é.

O guri que sonhava com o grito de gol lá em Joaçaba quer apostar nesse projeto coletivo de imprimir a marca do novo, do ousado, do desafiador. E não quer isso sozinho. Junto com os que também sonham com novas formas de pensar e criar conhecimento, quer abrir veredas, dividir conhecimento, dissipar a alienação. E assim, do seu jeito, rígido, mas generoso, vai fazendô soprar a promessa de tormenta. Dessas que vêm com força, mas que não arrasam. Ao contrário, limpam, tornam tudo claro, revigoram, energizam e preparam o campo para o plantio da boa semente. Resta saber se a universidade já está pronta para essa experiência.

A santa da Via Expressa

Por Míriam Santini de Abreu,
de Florianópolis

Há coisas sinistras em Florianópolis. Uma das mais assustadoras é a “réplica” da Estátua da Liberdade, na Via Expressa – que liga a ilha ao continente. E como em toda história sinistra há um ápice, um átimo de puro horror, nesta também há. E já conto qual é.

Como todo cristão que deseja entrar na Ilha precisa cruzar a tal via, não há como deixar de ver a peça.

A estátua é imensa, com uma coloração esverdeada, desproporcional na forma, gigante a contrastar com a outra, a estátua-mãe, na entrada de Manhattan, Nova Iorque, presente dos franceses aos estadunidenses. Já a verde foi idéia de uma loja de departamentos que, requintada, constrói suas unidades nos moldes da Casa Branca, sede do governo dos Estados Unidos. É uma dupla homenagem ao Tio Sam e ao nosso histórico servilismo. Podiam ter pensado ao menos num Saci, como diz uma amiga.

Há coisas sinistras que Florianópolis compartilha com outros lugares, numa espécie de confraria da sinistrice. A verde tem irmãs nas cidades de Brusque e de Joinville, pelo que sei. A família parece ser grande. Mas a da capital catarinense – por uma dessas estranhas magias da Ilha da Magia – parece que se eleva não só em altura. Elevou-se na fé. Soube – e desejo que seja apenas uma lenda urbana – que há quem a chame de “A Santa da Via Expressa”. Até rezam ao passar na frente dela! Confesso que eu, para garantir, prefiro me persignar, mas para pedir: Vade Retro, coisa ruim!



Anderson Gonçalves



OS OS DO OFÍCIO

Por Moacir Loth, de Florianópolis

Corpos em luta.

Livro que promete provocar polêmica e fazer muito barulho, tanto entre pobres e nojentos como entre ricos e miseráveis, é *O Casal Violento*, uma leitura psicanalítica da truculência familiar de Domingo Caratozzolo, oportunamente publicado pela EdUFSC, com tradução de Regina Maria Mattos Abreu.

Trecho de “dinâmica do casal violento” pode dar uma idéia da riqueza da obra: “Fernando sabe que não deve golpear Mônica no rosto, como naquela vez em que discutiram, há dez anos, quando eram namorados. Ela ficou com um hematoma na bochecha e quando relatou à família que havia caído e machucado o rosto em uma porta, não lhe acreditaram. Durante um tempo, os pais de Mônica deram um tratamento muito distante e frio a Fernando”.

Antes o autor lembra que “os respectivos companheiros de trabalho os estimam, mas desconhecem que na intimidade do lar eles se insultam, se denigrem e se batem”. Domingo pensa que “aquele que ama permite ao objeto do amor seu pleno desenvolvimento em liberdade; sua conduta para com o outro está orientada de forma que este possa expandir todas as suas potencialidades”. E alerta: “na perda do objeto se perde também a vida do sujeito”. A leitura de *O Casal Violento* denuncia, com certeza, o cotidiano de uma “boa” parte da sociedade mundial.

Anjos da floresta.

Parindo um mundo novo, de Janete Capiberibe, é uma obra da Cortez dedicada às parteras do Amapá. Boa leitura!

Parada Gay... Estamos parados?

Por Daniela Brocker
de Paris

Em junho aconteceram as principais paradas gays no mundo, e o Brasil levou para a Avenida Paulista pouco mais de três milhões de pessoas, confirmando a “nossa” parada como o maior evento gay do globo. Mas não consigo deixar de pensar que, diante deste número exorbitante, estamos parados.

Este ano tive a oportunidade de conferir de perto duas paradas gays que aconteceram na Europa, a de Milão e a de Paris. Os números são infinitamente menores, ambas levaram, em média, 700 mil pessoas às ruas destas duas capitais. Mas quem liga para esta comparação numérica? O que me impressionou foi a qualidade, o compromisso social e político evidente em cada uma delas, bem diferente desta nossa “micareta” fora de época.

Nas duas capitais européias os

gays se mostram não como objetos sexuais, mas como seres humanos que ocupam lugares importantes na sociedade e exigem respeito. A parada é dividida em blocos; há o bloco dos gays sindicalizados, dos gays que ocupam cargos em partidos políticos, o bloco dos gays esportistas, dos bombeiros, dos gays comissários de bordo, funcionários de trem, bloco de policiais gays, bloco de médicos e enfermeiros gays, bloco dos gays cozinheiros. Há ainda o bloco que defende a união de casais homossexuais, o bloco que defende a adoção de crianças por casais homossexuais, direitos iguais etc. Sem falar dos blocos étnicos que trazem os gays de várias nacionalidades juntos; havia carros do Japão, Brasil, Líbano, China e outras nações mais. Somente no final do desfile é que aparecem os carros dos bares e casas noturnas fazendo seu marketing “pessoal”.

Enfim, uma parada organizada desta forma vem mostrar a toda sociedade que somos todos iguais, que os gays ocupam cargos tão importantes quanto o de heterossexuais e que estamos cada vez mais inseridos no contexto de uma sociedade

que não funciona mais sem nossa existência.

Agora digam se no Brasil existe a mínima possibilidade de policiais gays saírem em bloco mostrando seu valor sem que isso vire motivo de chacota entre os demais parceiros? Nem me falem dos bombeiros! E se você visse seu médico no bloco dos gays doutores será que voltaria ao consultório? É tão mais fácil vestir uma fantasia – afinal, carnaval e máscara é com a gente mesmo – e sair pulando seminu atrás do trio elétrico da casa mais badalada de São Paulo, contribuindo para um estereótipo grotesco e que só nos desvaloriza, do que assumir seu verdadeiro papel como um profissional, um ser humano digno e gay diante de uma sociedade hipócrita como a nossa.

Participar das paradas de Paris e Milão me fez ver o quanto o Brasil está parado, estático mesmo, em termos de organização, segurança e engajamento político. E mais, que no fundo ainda não há de fato orgulho em ser gay. Envergonhados, nos cabe vestir uma fantasia, fingir que tudo é festa e juntar nosso corpo a uma multidão de outros corpos frenéticos em busca de sexo, diversão e prazer.

Foto: Daniela Brocker



Por Maria Guilhermina Cunha Salasário
de Florianópolis

Será que a maior parada GLBTT do mundo é apenas uma grande festa ao ar livre? Não! É certo que algumas famílias aproveitam para levar as crianças para ver *drags*, *travas* e outros seres estranhos que circulam na Paulista, assim como outros aproveitam a grande diversidade de ritmos musicais, ou os que vão para se sentirem inseridos em um grande grupo. Melhor ainda são aqueles que militam e se emocionam por estarem visíveis, por verem muitos carros de organizações não-governamentais, sindicatos e associações, por ouvirem músicas de todos os tipos, por sentirem o carinho de quem assiste, por verem o sorriso de quem acompanha, enfim, por verem a felicidade de quem participa.

Também é correto afirmar, como frequentadora de paradas há cinco anos, que existe muito ainda por fazer, mas estamos no caminho correto e, muito em breve, chegaremos às paradas citadas por Daniela Brocker.

Este ano tive a felicidade de não apenas participar mais uma vez na Parada

GLBTT de São Paulo como também de estar no carro da militância, de poder ver a parada de cima, e posso afirmar que não é apenas uma festa GLBTT, mas um enorme congresso de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros. Vi o quanto as pessoas se emocionam, o quanto levantam e sacodem as bandeiras do arco-íris ou as do Brasil estilizadas, da emoção de ser “batizado”, passar sob a bandeira do arco-íris, de ouvir os discursos inflamados.

Não foi apenas a música que reuniu cerca de 3,5 milhões de pessoas na Avenida Paulista no dia 10 de junho, com a presença de autoridades e de Nelson Matias, presidente da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT). Ele destacou a prioridade para a luta pela aprovação do projeto de lei Complementar 122/2006, que criminaliza a homofobia.

O ministro dos Esportes Orlando Silva também fez questão de prestigiar a manifestação. “Fiquei muito contente porque o Ministério dos Esportes pôde apoiar efetivamente o Mês do Orgulho GLBT este ano. O esporte tem na sua essência a amizade, respeito e a tole-

rância, os mesmos valores que estão em prática aqui hoje.”

Em uma Avenida Paulista completamente colorida, Marta Suplicy disse: “Quem diria que aquela pequena passeata se tornaria a maior manifestação GLBT do mundo. É uma prova de que o Brasil acolhe a diversidade e respeita o diferente. Mas é claro que queremos mais, queremos as leis que nos dão direito à cidadania”.

Só para concluir: em 2007 ocorrem cerca de 133 paradas do Orgulho Gay com um público estimado de 6 milhões de pessoas, levando as cores do arco-íris Brasil afora. Este ano, a maioria das paradas teve como lema a luta por um mundo sem racismo, machismo e homofobia e a aprovação, pelo Senado, do PLC 122/2006.

Fontes consultadas :

<http://www.paradasp.org.br/modules/news/>; <http://www.grupodignidade.org.br/> <http://www.aliadas.org.br/site/principal/>; <http://outravisaoglb.blogspot.com/>



Foto: Danielle Mordini

Seminário debate homossexualidade, identidades e cidadania

Por Celso Vicenzi, de Florianópolis

O Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em Florianópolis, irá sediar nos dias 5 e 6 de setembro o Seminário Homofobia, identidades e cidadania LGBTTT.

OK, se você não se atualizou, vamos ao início: depois daquela história de Adão e Eva comerem a maçã, a sexualidade humana incorporou múltiplas possibilidades. LGBTTT é a sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

O assunto tem ganho destaque em todo o mundo. “Plurais em sua diversidade, os novos arranjos e seus sentidos

ampliam as discussões sobre a paternidade e a maternidade, o casal, a família e o amor, tradicionalmente centradas na norma heterocêntrica”, resume a contracapa do livro que cito mais adiante.

O seminário terá várias mesas-redondas, com temas como homofobia e segurança pública; parceria civil e conjugalidades homoeróticas; comportamento do consumidor e empregabilidade; mídia e representações sobre sexualidades e identidades de gênero; educação e combate ao sexismo e homofobia; religiões e homossexualidade.

Durante o encontro será lançado o livro “Conjugalida-

des, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis”, da editora Garamond, organizado pela professora de Antropologia da UFSC, Miriam Grossi, em conjunto com Anna Paula Uziel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Luiz Mello (Universidade Federal de Goiás). A obra contém artigos selecionados de autores do Brasil, da Espanha, do Chile, da Argentina e da França, que fazem abordagens oriundas das mais diversas disciplinas, em particular da Antropologia, do Direito, da Psicologia e da Sociologia.

Um dos estudos é sobre os travestis de Florianópolis e suas famílias, de Fernanda Cardozo, do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da UFSC. Outro, de Rosa Maria Rodrigues de Oliveira, pesquisadora do mesmo Núcleo, examina acórdãos judiciais e entrevistas com magistrados sobre conjugalidades homoeróticas em quatro estados brasileiros.

Mais informações em www.nigs.ufsc.br/seminariolgbttt.

Assine *Pobres & Nojentas*

5 edições (bimestral): R\$ 22,50 (estão inclusas as despesas com o Correio)

- Deposite o valor na conta do Banco do Brasil nº 618-714-5, agência 0016-7
- Envie e-mail para eteia@gmx.net informando: data e hora do depósito, nome e endereço completo (com CEP)

Criança

Dentro de nós persiste uma criança,
que ainda tem muito o que aprender,
ainda tem dúvidas e pesadelos.

Já nos tiraram os brinquedos,
mas a correria continua.

Nada de pular corda no recreio,
Mas ficou a vontade de brincar na chuva.

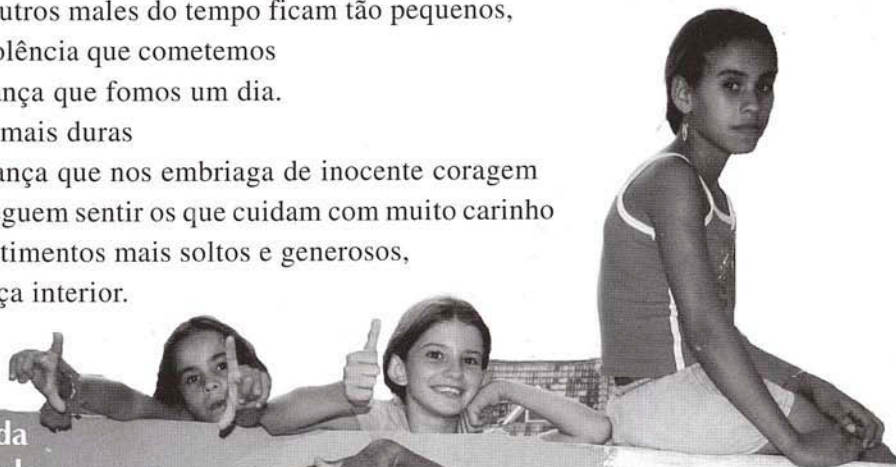
O corpo já não acompanha o desejo
mas a criança insiste em sonhar,
em querer colo.

Já não choramos tanto
mas passamos a medir as respostas.
Então parece que a melhor parte de nós
é aquela que morre um pouquinho a cada manhã,
sufocada, desde o jardim de infância.

E todos os outros males do tempo ficam tão pequenos,
diante da violência que cometemos
contra a criança que fomos um dia.

E nas horas mais duras
é aquela criança que nos embriaga de inocente coragem
que só conseguem sentir os que cuidam com muito carinho
dos seus sentimentos mais soltos e generosos,
da sua criança interior.

Por Rosangela Bion de Assis
de Florianópolis



Crianças da
comunidade
Novo Horizonte



Estradas

A você, ilustre sabido,
Que interrogou o meu fim,
Digo que não sei saber a vida
Que levam os ladrões e as mendigas;
Mas sei dum trem sem trilhos
Que corrompe alguns caminhos
Pondo trombas em passarinhos
E asas em andarilhos

Antônio Luiz Júnior, o Tony
(poeta que entrega seus
poemas aos visitantes do Masp)

